

Ficha de unidade curricular

Curso de Direito (Licenciatura)

Unidade curricular

Direito da Família (1.º semestre, 2.º ano TAN)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Prof. Doutora Catarina Salgado

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Prof. Doutora Catarina Salgado, Prof. Doutora Sofia Casimiro e Mestre Daniel Vieira Lourenço

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Com esta unidade curricular pretende-se a apreensão, por parte do estudante, dos conhecimentos essenciais relativos ao regime do Direito da Família. Visa-se capacitar os estudantes para a seleção adequada e a correta aplicação dos critérios jus-dogmáticos mais adequados ao conhecimento do Direito da Família e sua aplicação aos casos concretos.

Conteúdos programáticos

Programa em anexo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O conteúdo programático de Direito da Família, foi organizado para que o discente estude os principais aspetos do Direito da Família vigente.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teóricas e práticas, seguindo o regime geral, a que se aplica o regulamento de avaliação para disciplinas obrigatórias.

Nos termos do disposto no artigo 15.º do Regulamento, a avaliação terá as seguintes componentes:

- a) Uma prova escrita, que corresponde a 50% da nota final;
- b) Outros elementos de avaliação contínua, que correspondem a 50% da nota final, nomeadamente a participação e exposições apresentadas nas aulas práticas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Segue o regime comum aplicável a disciplinas obrigatórias.

Bibliografia principal

PEREIRA, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, 4.ª edição revista, atualizada e aumentada, Lisboa, AAFDL, 2022 - **Principal Obra**

PEREIRA, Maria Margarida Silva, *A gestão de substituição – Uma perspetiva de género*, AAFDL, 2024

PEREIRA, Maria Margarida Silva, *Temas de Direito da Família e das Sucessões*, Lisboa, AAFDL, 2020

PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo* (última edição disponível)

SALGADO, Catarina, “A residência alternada: o melhor dos dois mundos... ou nem por isso...”, in Revista *Jurismat*, n.º13, Portimão, 2021, pp. 135-150

SALGADO, Catarina, “A regulação das responsabilidades parentais e a autonomia das crianças”, in Revista *Jurismat*, n.º15, Portimão, 2022, pp. 291-309

Anexo

I – Introdução

§1.º – Noção elementar de família e de Direito da Família

§2.º – Contributos da jurisprudência internacional e portuguesa para a determinação do conceito de família e de Direito da Família

§3.º – Direito da Família e ramos jurídicos emergentes conexos

§4.º – Fontes e relações jurídicas familiares

II – Casamento

§5.º – Natureza jurídica e evolução histórica do casamento. A igualdade dos cônjuges na Constituição de 76 e na Reforma de 77

§6.º – Casamento entre pessoas do mesmo sexo

§ 7.º – Formalidades do Casamento e Modalidades do casamento no Direito português.
Casamento civil, casamento católico: traços da evolução

§ 8.º – Promessa de casamento

§ 9.º – Requisitos de fundo do casamento

§10.º – Dogmática das invalidades do casamento: continuação. Regime jurídico de declaração judicial da invalidade. Validação. Casamentos irregulares. Casamento putativo

§11.º – Convenções Antenupciais

§ 12.º – Regimes de bens

§13.º – Contratos entre casados

§14.º – Divórcio. Separação de pessoas e bens

§ 15.º Responsabilidades parentais

III – União de facto e medidas de proteção das pessoas que vivam em economia
comum

§16.º – União de facto e medidas de proteção das pessoas que vivam em economia
comum

IV – Filiação

§17.º – Preliminares. Estabelecimento da maternidade e da paternidade.
Estabelecimento judicial da maternidade

§18.º – Reconhecimento judicial da paternidade

§19.º – Reconhecimento voluntário da filiação

IV – Procriação Medicamente Assistida. Breve análise da Lei n.º 32//2006, de 26 de
julho

§ 20.º PMA: princípios gerais

§ 21.ºGestação de Substituição. Introdução, princípios gerais e regime jurídico. Análise da legislação atual